
**A HISTÓRIA MILITAR E A
HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA**

Nuno Severiano Teixeira

A HISTÓRIA MILITAR E A HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA (*)

1. A HISTÓRIA MILITAR E O PARADIGMA TRADICIONAL

Da antiga Grécia aos primórdios do século XX, a guerra e em particular a batalha, ocuparam um lugar privilegiado na historiografia ocidental. Não será decerto por acaso que um dos primeiros textos históricos é a história de uma guerra — *A História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides. E não será igualmente por acaso que nos finais do século XIX e primeiros anos do século XX o recitativo do facto militar, de *per se* ou estritamente ligado ao facto político, constituía ainda o tecido fundamental do discurso histórico.

É o tempo em que a história, dominada por duas correntes principais — o positivismo de Comte e Buckle e o idealismo de Rickert e Windelband —, se procura a si própria como discurso científico. Embora divergentes sob o ponto de vista gnoseológico, positivismo e idealismo encontram na historiografia de então um acordo táctico, não só no plano dos pressupostos epistemológicos mas também na leitura da função social da história, conferindo uma certa coerência a este paradigma do discurso histórico que por comodidade chamarei tradicional. E isto, tanto no que respeita à história em geral como à história militar, desde a origem marcada por um duplo interesse: por um lado, a reflexão técnica sobre a arte militar que a dirige para a especialização; por outro, o interesse pelo facto glorioso e o seu significado político que a aproxima da história geral. Esta ambiguidade entre especialização e generalidade constituir-se-á, aliás, como um dos problemas centrais da história militar.

Do ponto de vista epistemológico a historiografia tradicional partilhava de uma mesma concepção de facto, tempo e sujeito histórico. O facto histórico era apenas um — o facto único, singular e atomizado, «o acontecimento»

(*) Comunicação apresentada ao colóquio «Para Uma Visão Global da História Militar», Lisboa, 4 e 5 de Dezembro de 1990.

Agradeço à Comissão Portuguesa de História Militar, organizadora do colóquio, a autorização da publicação deste texto.

que se concretizava em particular no grande feito militar e inevitavelmente nas suas consequências políticas. Também o tempo histórico era apenas um — linear, contínuo e irreversível, justamente a sucessão desses mesmos grandes acontecimentos. Finalmente o sujeito histórico, sempre individual e voluntarista, era o protagonista dos grandes acontecimentos — «o herói», o homem de estado, o chefe militar. A história, portanto, não era mais que a sucessão no tempo dos grandes feitos, protagonizados pela figura dos heróis, em que não raras vezes coincidiam chefe político e chefe militar. Este primado absoluto do *événementiel* e do recitativo político-militar assegura uma certa identidade historiográfica entre a história geral e a história militar em sentido restrito, entendida como estudo específico da conduta da guerra, das campanhas militares e das batalhas decisivas.

Porém, esta identidade não se reduz ao campo estritamente epistemológico e alarga-se igualmente à leitura da função social da história. No quadro dos movimentos nacionalistas, que atravessam a Europa da segunda metade do século XIX à Primeira Guerra Mundial, as diferentes historiografias nacionais cumpriam uma função social e política bem precisa, a saber: a legitimação dos estados nacionais. Pela história passava, então, a tarefa de constituição e reforço das identidades nacionais através da transmissão dos valores e tradições de um povo pelo estudo do seu passado. A guerra, a batalha, os grandes feitos militares e os seus heróis jogam aí um papel decisivo — são os pontos referenciais, os marcos da evolução histórica e constituem mesmo, em certos casos, o mito fundador da nacionalidade. Numa palavra, são a textura ideológica da memória nacional. Ora, não raras vezes, sob o culto deliberado da pátria passava também a legitimação política dos regimes que se constituem, eles mesmos, como herdeiros desse passado histórico. A história militar cumpria, neste contexto, uma dupla função. Por um lado uma função interna, profissional, de formação dos quadros militares. Seja no sentido prático-pedagógico do estudo dos sistemas estratégicos e táticos das campanhas passadas, para um melhor conhecimento e controlo desses sistemas no presente, seja no sentido mais elevado da formação do espírito de comando do chefe militar. Mas, por outro lado, a história militar, não fugindo aos pressupostos da historiografia em geral, participava consequentemente da concepção dominante de uma história heróica, patriótica e comemorativa. E, longe de se afastar do paradigma dominante, ofereceu-lhe sempre um terreno privilegiado. A história das grandes campanhas, das batalhas decisivas e dos chefes militares,

não só participa e se identifica com os mitos e heróis nacionais no sentido político mais global, como, em muitos casos, é atravessada por um discurso de autolegitimação, seja do papel da instituição militar em geral, seja de determinada opção estratégica ou operação tática.

Ora, é contra este paradigma tradicional da historiografia, fundado sobre o primado do *événementiel* político-militar e sobre a função de legitimação política da história, que se afirma o processo de renovação historiográfica que estaria na origem da crise da história militar. Iniciado pela escola dos «Annales», o processo prolonga-se até à chamada «nova história» que, uma vez paradigma dominante, atravessa hoje de forma difusa múltiplos domínios e correntes diversas do campo historiográfico, incluindo a própria história militar.

Inspirado por um artigo célebre de François Simiand — «Méthode Historique et Sciences Sociales» — o paradigma dos «Annales» assentava sobre a crítica daquilo a que os pais fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, chamavam «os três ídolos da tribo dos historiadores»: o político, o individual e o cronológico. Contra o recitativo político-militar procuram uma história económico-social, da qual nascerá uma multiplicidade de novos domínios, da demografia às mentalidades; contra o sujeito individual e o herói, uma história total das sociedades; e contra a cronologia do tempo único, linear e contínuo, virá Fernand Braudel propor a pluralidade dos tempos históricos. Esta mudança implicava, desde logo, o alargamento do campo da história e a reformulação das suas concepções teóricas e procedimentos metodológicos. Em primeiro lugar, não só o facto político e militar é histórico, mas todos os factos humanos são históricos e consequentemente dignos de história. Em segundo lugar, o sujeito histórico não é um sujeito individual, não é o herói, mas sim as sociedades e os grupos sociais. Finalmente, à história não interessa apenas o acontecimento, interessam também a conjuntura e a estrutura e os tempos que lhe são inerentes, a média e longa duração. A história constitui a partir de então um paradigma epistemológico assente na interdisciplinaridade com as ciências sociais, cujos modelos teóricos, métodos e técnicas passou a aplicar ao estudo do passado. Abandona, assim, a lógica tradicional do recitativo para adoptar a lógica hipotético-dedutiva das ciências sociais: a descrição do facto atomizado cede o lugar à análise das permanências em busca da explicação científica. Este movimento teria sobre o futuro da história militar um efeito duplo e profundamente negativo. Por um lado, o alarga-

mento do campo historiográfico deslocava, já por si, o centro de interesse dos historiadores — do tradicional objecto político-militar para a economia, a sociedade, a demografia ou as mentalidades. Por outro lado, o novo paradigma baseado na lógica explicativa das ciências sociais, que procura se não leis pelo menos regularidades tendenciais, acaba por afastar definitivamente o político-militar, lugar por excelência do aleatório e do facto atomizado. O abandono do recitativo *événementiel* é acompanhado pelo abandono da história militar.

Porém, não é só o discurso historiográfico que está em causa. É também, por maioria de razão, a função política da história. O estatuto científico procurado pela «nova história» era absolutamente contrário à função patriótica, comemorativa e legitimadora da historiografia tradicional. É toda uma outra leitura da função social da história que se desenha com este novo paradigma: «o historiador deverá deixar de fornecer os argumentos à nação e aos governantes, de alimentar a sua necessidade de legitimidade retrospectiva, deve procurar, pelo contrário, dar-lhes os meios para melhor compreender e por isso melhor gerir os mecanismos da realidade social» (1). Dito de outro modo, a função social da história será de natureza técnica e não política. Através de um melhor conhecimento dos mecanismos sociais, o seu contributo será o de ajudar a elaborar soluções técnicas e não a legitimar opções políticas.

Neste contexto, a história militar ficava à margem do movimento de renovação historiográfica: centrava-se sobre o acontecimento, ignorava a estrutura e a conjuntura; centrava-se sobre o psicológico e o individual, ignorava a sociedade global e os condicionamentos sociais; centrava-se sobre o tempo curto, ignorava a média e a longa duração; era qualitativa, ignorava o quantitativo; baseava-se sobre a descrição e o recitativo, ignorava a análise e a explicação; e, finalmente, era ideológica e, pior do que isso, não se reconhecia como tal.

O novo paradigma científico da história era absolutamente incompatível com o paradigma tradicional da história militar. A partir daqui quebra-se a identidade até então existente entre a história em geral e a história militar. Eram, doravante, dois paradigmas distintos, para não dizer opostos. E, progressivamente, os historiadores vão trocando os teatros de guerra pelas curvas

(1) André Bourguière, *Historie d'une Histoire: «La Naissance des Annales»*, in *Annales Économies Sociétés Civilisations*, Nov./Dec. 1979, p. 1356.

de preços, as taxas de natalidade ou os avatares da sexualidade. Em suma, desertam do campo da história militar, abandonada ao domínio *événementiel*, considerado género menor e designada pelo epíteto significativamente pejorativo de *histoire-bataille* — a história-batalha.

É óbvio que a história militar permaneceu e continuou a cultivar-se segundo o modelo tradicional. E no caso da escola histórica inglesa, cuja tradição da história militar — da biografia dos grandes chefes à história da batalha — teve sempre grande prestígio, não só não desapareceu do panorama historiográfico como ocupou mesmo um lugar de destaque nas histórias gerais mais importantes, como a *New Cambridge Modern History*. Mas esta é a excepção, porque a regra é outra. Com a fuga dos historiadores da história-batalha, a história militar retira-se para dentro do muro dos quartéis. Feita por militares e para militares, e assim privada da reflexão histórica geral, a história militar sofre um processo de marginalização/automarginalização com um efeito duplamente negativo sobre o seu desenvolvimento e que marca todo o período da sua crise: em primeiro lugar fecha-se nos problemas internos, técnicos e específicos da instituição militar, evitando toda a reflexão sobre a relação dos militares com a sociedade civil e a política no sentido mais global. Em segundo lugar corta todo o diálogo com a história, agravando assim o fosso entre história militar e história geral, a primeira sempre apegada ao paradigma tradicional, a segunda em pleno processo de renovação⁽²⁾.

A crise será longa e prolongar-se-á, com variantes nacionais, *grosso modo*, até à década de 70/80.

2. A HISTÓRIA MILITAR E A CRISE DO PARADIGMA TRADICIONAL

Ao mesmo tempo que os historiadores abandonavam a história militar as ciências sociais e políticas começam a interessar-se pelo fenómeno militar, e a reflexão sobre a história do pensamento estratégico a produzir um pensamento inovador neste campo.

(2) O processo de renovação historiográfica, que vai da história tradicional à chamada nova história, que aqui se sumaria, é um processo longo e complexo. Uma análise mais detalhada pode ver-se in Nuno Severiano Teixeira, *A História Política na Historiografia Contemporânea*, in *Ler História*, n.º 13, 1988, pp. 77 a 102.

O primeiro núcleo inovador sobre o fenómeno militar parte indiscutivelmente da sociologia. Em França a iniciativa pertence a Gaston Bouthoul, que procura uma aproximação sociológica do fenómeno «guerra» a que chamou «polemologia». Desde o *Traité de Polémologie* a *Le Défi de la Guerre*, Gaston Bouthoul⁽¹⁾ e a escola polemológica, partindo dos materiais conhecidos da história militar, tentam a análise da guerra numa perspectiva sociológica. Estudando os conflitos militares ao longo de um largo período histórico procuram, através da quantificação e da construção de uma tipologia dos conflitos, determinar as suas constantes e funções e, em última análise, a essência do fenómeno guerra. A «polemologia» foi altamente contestada, e é hoje consensual entre historiadores e sociólogos o julgamento sobre a sua *démarche*: os seus resultados tornaram-se progressivamente repetitivos e o seu procedimento parece ter chegado a um beco sem saída. Mas esse é todo um debate que não cabe aqui desenvolver. O que importa sublinhar é que, a seu tempo, a «polemologia» de Gaston Bouthoul mostrou que poderia haver uma perspectiva outra sobre o fenómeno militar.

Mas o contributo, indiscutivelmente mais importante, virá da sociologia norte-americana do segundo pós-guerra. Imediatamente após a guerra os comandos militares encomendam aos cientistas sociais um estudo sobre as características sociais e psicológicas do exército norte-americano durante a Segunda Grande Guerra. Deste trabalho, conduzido de acordo com o procedimento científico da sociologia empírica no universo da instituição militar, resultaria o estudo monumental hoje considerado como fundador da sociologia militar — *The American Soldier* ⁽²⁾. Em simultâneo e conduzidos com a mesma perspectiva científica devem referir-se dois pequenos mas importantíssimos estudos: o de Morris Janowitz e Eduard Shils, sobre *Cohesion and Desintegration in the Wehrmacht in II World War* ⁽³⁾, e o segundo, de Samuel Lyman Atwood Marshall, *Men against Fire — the problem of battle command in future war* ⁽⁴⁾. O primeiro estudava as condições psicológicas do comba-

(1) Da extensa bibliografia da escola polemológica vejam-se as duas obras que marcam, por assim dizer, o princípio e o fim da sua produção: Gaston Bouthoul, *Traité de Polémologie*, (Ed. rev.), Paris, 1970; e Gaston Bouthoul/René Carrière, *Le Défi de la Guerre*, Paris, 1976.

(2) S. A. Stouffer et al., *The American Soldier*, 2 vol., Cambridge, 1949.

(3) E. A. Shils/Morris Janowitz, *Cohesion and desintegration in the Wehrmacht in the World War II*, in *Public Opinion Quarterly*, n.º 12, 1948, pp. 281 a 292.

(4) Samuel Lyman Atwood Marshall, *Men Against Fire: the problem of battle command*, in *Infantry Journal*, 1947.

tente no quadro das relações interpessoais no seio de um grupo, identificando aquilo que a gíria militar chama «o espírito de corpo» como um tipo mais geral de relação no quadro da dinâmica de grupos. O segundo, de acordo com os mesmos princípios, examinava a experiência do combate em si própria, concluindo sobre a melhor forma de constituir grupos de combate. Na sequência destes primeiros estudos da sociologia militar que se concentravam sobre os aspectos psico-sociológicos e organizacionais no interior da instituição militar, outros surgem sempre dentro da mesma orientação sociológica, mas que se dirigem numa outra direcção e abrem um novo campo, o das relações civis-militares e, em particular, dos militares com a política. Entre os pioneiros contam-se *The Soldier and the State*, de Samuel Huntington ⁽⁷⁾; *The Man on the Horseback: the role of the military in the politics*, de S. E. Finer ⁽⁸⁾; e *The Professional Soldier*, de Morris Janowitz ⁽⁹⁾. A sociologia militar mostrava, assim, definitivamente, que era possível uma análise científica do fenómeno militar. Em primeiro lugar cortava radicalmente com a perspectiva ideológica do paradigma tradicional, adoptando uma postura empírica e objectiva. Dora-vante a sua função será, de facto, a resolução dos problemas técnicos da instituição militar e não mais a legitimação política. Em segundo lugar introduzia novas teorias, novos métodos e novas técnicas, abrindo assim novas direcções no estudo do fenómeno militar: a primeira, mais próxima à sociologia das organizações, que estuda os problemas internos da instituição militar; a segunda, mais próxima à sociologia política, que estuda as relações civis-militares e militares-política.

O segundo núcleo inovador da reflexão sobre o fenómeno militar parte de um complexo de disciplinas, entre a ciência política, as relações internacionais e a história das ideias, que se materializa na reflexão histórica e teórica sobre o pensamento estratégico.

Depois do clássico que é hoje *Makers of Modern Strategy* ⁽¹⁰⁾, e que data dos anos quarenta, faz-se de certo modo um silêncio na história do pensamento estratégico. De facto, até à década de setenta nenhum estudo de grande relevo se dedica aos clássicos da Estratégia. Os anos setenta, pelo contrário,

(7) Samuel Huntington, *The Soldier and the State*, Cambridge, 1957.

(8) S. E. Finer, *The Man on the Horseback, The Role of Military in Politics*, London, 1962.

(9) Morris Janowitz, *The Professional Soldier*, New York, 1960.

(10) Edward Mead Earle (Ed. by), *Makers of Modern Strategy*, Princeton, 1943.

são marcados não só pela publicação de novas edições desses clássicos — Guibert; Jomini; Clausewitz — mas sobretudo pelo aparecimento de dois estudos de excepção sobre o estrategista prussiano: *Clausewitz and the State*, de Peter Paret ⁽¹¹⁾, e *Penser la Guerre — Clausewitz*, de Raymond Aron ⁽¹²⁾. E, mais recentemente, deverão citar-se *Clausewitz*, de Michael Howard ⁽¹³⁾, *Clausewitz l'Arte Militare l'Età Nucleare*, de Loris Rizzi ⁽¹⁴⁾, e *Clausewitz la Filosofia tra Guerra e Rivoluzione*, de Pier Franco Taboni ⁽¹⁵⁾. Com perspectivas diferentes — Paret predominantemente histórico-biográfico, Aron predominantemente teórico-analítico — ambos fazem renascer um interesse renovado por Clausewitz e sobretudo Aron (todo o segundo volume é dedicado à leitura de Clausewitz à luz dos teóricos do século XX) pelo pensamento estratégico em geral.

Entre Peter Paret e Raymond Aron ⁽¹⁶⁾ e os seus críticos, Claude Leffort ⁽¹⁷⁾, Walter Emil Kaegi Jr. ⁽¹⁸⁾ e, mais recentemente, Rinaldo Falconi ⁽¹⁹⁾, e sobretudo a exegese excelente de Emmanuel Terry ⁽²⁰⁾, — abre-se um fecundo debate teórico que se estende até aos anos oitenta. De todo este debate e no que concerne à história militar importa sublinhar dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, e decorrente da tese de Paret ⁽²¹⁾, o papel decisivo da história, não só na formação de Clausewitz mas na construção da sua própria teoria estratégica, o que abre um campo à história militar; em segundo lugar, e decorrente da tese de Aron ⁽²²⁾, a sua exegese sobre o binómio guerra-política em Clausewitz oferece à história militar uma outra matriz para o

⁽¹¹⁾ Peter Paret, *Clausewitz and the State*, Oxford, 1976.

⁽¹²⁾ Raymond Aron, *Penser la Guerre — Clausewitz*, 2 vol., Paris, 1976. Veja-se também Raymond Aron, *Sur Clausewitz*, Paris, 1987.

⁽¹³⁾ Michael Howard, *Clausewitz*, Oxford, 1983.

⁽¹⁴⁾ Loris Rizzi, *Clausewitz l'Arte Militare l'Età Nucleare*, Milano, 1987.

⁽¹⁵⁾ Pier Franco Taboni, *Clausewitz la Filosofia tra Guerra e Rivoluzione*, Urbino, 1990.

⁽¹⁶⁾ Veja-se a crítica de Raymond Aron a Peter, Paret, Raymond Aron, *Clausewitz et l'État*, in *Annales, Économies Sociétés Civilizations*, Nov./Dec. 1977, pp. 1255 a 1267.

⁽¹⁷⁾ Veja-se Claude Lefort, *Lectures de la Guerre; le Clausewitz de Raymond Aron*, in *Annales, Économies Sociétés Civilizations*, Nov./Dec. 1977, pp. 1268 a 1279.

⁽¹⁸⁾ Walter Emil Kaegi Jr., in *Armed Forces and Society*, vol. 5, n.º 1, Fall, 1978, pp. 123 a 131.

⁽¹⁹⁾ Rinaldo Falconi, *Politica e Guerra da Clausewitz ad Aron*, in *II Mulino*, n.º 294, Luglio-Agosto, 1984, pp. 577 a 602.

⁽²⁰⁾ Emmanuel Terry, *Violence et Calcul, Raymond Aron lecteur de Clausewitz*, in *Revue Française de Science Politique*, Avril, 1986, pp. 248 a 267.

⁽²¹⁾ Veja-se Peter Paret, *op. cit.*, pp. 331 a 355.

⁽²²⁾ Veja-se Raymond Aron, *op. cit.*, particularmente o vol. I e a crítica já citada de Emmanuel Terry.

estudo da guerra: não a de uma gramática interna mas de uma leitura política.

O terceiro elemento a considerar para a renovação da história militar não releva do campo científico, mas da própria evolução histórica. Prende-se com a modernização do fenómeno guerra durante o século XX, isto é, com industrialização e a massificação do conflito militar que toma forma nas duas guerras mundiais. É toda uma experiência radicalmente diversa, esta da guerra moderna, industrial e de massas, que se traduz pelo conceito de «guerra total».

Relativamente à guerra tradicional, limitada no tempo, no espaço, nos meios utilizados e sobretudo nas suas consequências sobre a sociedade global, a «guerra total» altera radicalmente estes dados. A França revolucionária e napoleónica introduz o elemento ideológico e nacionalista e a mobilização masculina obrigatória, constituindo pela primeira vez um exército de cidadãos — «a nação em armas». Era o primeiro golpe na guerra tradicional. O século XIX e a revolução industrial aumentam consideravelmente a capacidade não só de mobilização de tropas, com o caminho de ferro, mas também do potencial de destruição com a industrialização da tecnologia militar. Porém era ainda, e só, uma tendência. A «guerra total» será a guerra do século XX: a grande guerra, e por maioria de razão a Segunda Guerra Mundial. Contrariamente à guerra tradicional é uma guerra em que a lógica não é a da limitação, mas precisamente a contrária, e assume por isso proporções ilimitadas. Em primeiro lugar, ao nível do espaço — são guerras globais, mundiais. Em segundo lugar, ao nível do tempo — são guerras de longa duração. Em terceiro lugar, ao nível dos objectivos e, consequentemente, da mobilização de meios — não só de meios militares, mas de meios que envolvem a sociedade global. Ao nível militar, uma mobilização em massa e a utilização de uma tecnologia militar industrializada de elevado potencial destrutivo, que afecta não só os exércitos mas também as populações civis. Ao nível global, a mobilização da toda a sociedade civil para o esforço de guerra, desde a constituição de uma economia de guerra à organização da propaganda, envolvendo forças materiais e morais. Finalmente, e acima de tudo, uma guerra que deixa marcas profundas no próprio tecido social: alterações demográficas, não só no aumento da taxa de mortalidade mas de todos os movimentos naturais da população; distorções graves do sistema económico, não só decorrentes da mobilização industrial mas também da alteração de composição da mão-de-obra, com entrada massiva da mão-de-obra feminina e o aparecimento de

fenómenos como o desemprego e a inflação; mudança ao nível institucional e político, com o crescimento do fenómeno Estado, da sua intervenção e controlo sobre a economia e a sociedade e a consequente inversão do primado institucional do Legislativo sobre o Executivo. Em suma, é uma guerra que afecta as próprias estruturas sociais e, mais do que isso, se constitui como factor de mudança social ⁽²³⁾.

A «guerra total» tornava completamente obsoleto o paradigma tradicional da história militar. Até então era possível conceber uma história militar centrada sobre o recitativo das campanhas militares e a biografia dos grandes chefes. Depois da «guerra total», que mobiliza a sociedade global e lhe impõe mudanças estruturais, torna-se impossível uma história militar concebida em termos de batalhas decisivas. Era necessário o abandono do paradigma tradicional e a renovação da historiografia militar.

Ouros campos historiográficos tinham já percorrido o mesmo trajecto. Era a vez da história militar. E como dizia Raymond Aron, «nunca houve razão lógica ou epistemológica para afirmar que o conhecimento histórico dos fenómenos económico-sociais apresenta um carácter mais científico que o dos regimes políticos, das revoluções ou das guerras» ⁽²⁴⁾. A diferença residia eventualmente no facto de que, no momento de arranque da renovação historiográfica, existia uma já ciência económica e não existia ainda uma ciência política. Mas este era um problema superado desde o segundo pós-guerra. As ciências sociais e políticas tinham já mostrado que era possível uma outra aproximação do fenómeno militar.

3. UM NOVO PARADIGMA PARA A HISTÓRIA MILITAR

De facto, progressivamente, de forma dispersa e segundo cambiantes nacionais diversas, começa a surgir um movimento de inovação na história militar a partir do final dos anos sessenta, primórdios dos setenta. Não será aqui o local para fazer um balanço da historiografia militar nos diferentes

⁽²³⁾ Sobre o conceito de «Guerra Total» veja-se por todos Ian F. W. Beckett, *Total War*, in Clive Emsley, Arthur Marwick and Wendy Simpson (Ed. by), *War, Peace and Social Change in Twentieth Century Europe*, Philadelphia, 1989, pp. 26 a 44.

⁽²⁴⁾ Raymond Aron, *Comment l'Historien Écrit l'Épistémologie*, in *Annales, Economies Sociétés Civilizations*, Nov./Dec. 1971, pp. 1350.

casos nacionais. Mas, a partir destes mesmos balanços, determinar os seus pontos de referência e linhas de força fundamentais e, a partir destas, tentar uma caracterização geral daquela que não será abusivo chamar a «nova história militar».

Na tradição anglo-saxónica, em que a história militar manteve sempre uma presença viva, o movimento de renovação começa a fazer sentir-se durante os anos sessenta ⁽²⁵⁾.

Em Inglaterra iniciam-se ao longo da década de sessenta, sob a influência de Michael Howard, os chamados *war studies*. Ao lado do modelo tradicional, das campanhas e dos chefes militares, surge uma óptica nova e diferente no estudo da guerra: não a gramática interna mas a guerra em contexto. Este movimento dos *war studies* ou *war and society*, continuado entre outros por Geoffrey Best e Brian Bond, conhece um enorme desenvolvimento e materializa-se não só na publicação periódica do *War and Society Newsletter* e da revista *Armed Forces and Society* mas também na prestigiosa colecção histórica *The Fontana History of European War and Society* ⁽²⁶⁾ e nos seminários animados por Arthur Marwick, hoje clássicos, *War and Social Change in Twentieth Century* ⁽²⁷⁾. Faltava, porém, a renovação na história da batalha em sentido estrito. Surgiria em 1976, com *The Face of the Battle*, de John Keegan ⁽²⁸⁾, verdadeiro livro «manifesto» e modelo de uma nova história militar. Distanciando-se dos *war studies*, Keegan chamava de novo a atenção

⁽²⁵⁾ Sobre a evolução geral da historiografia militar anglo-saxónica nos últimos trinta anos veja-se: Walter Millis, *Military History*, in *Service Center for Teachers of History*, 1961, pp. 5 a 11; Michael Howard, *The Demand for Military History*, in *Times Literary Supplement*, 13 Nov. 1969; Peter Paret, *The History of War*, in Felix Gilbert Stephen Graubard (Ed. by), *Historical Studies Today*, New York, 1972, pp. 372 a 392; D. Rickey Jr./B. F. Cooling (Ed. by), *Essays in Some Dimensions of Military*, Pennsylvania, 1972; R. F. Weigley (Ed. by), *New Dimension in Military History*, San Rafael, 1975; Walter Emil Kaegi Jr. *The Crises in Military Historiography*, in *Armed Forces and Society*, vol. 7, n.º 2, Winter 1980, pp. 299 a 316; Michael Howard/Brian Bond/J. C. A. Stagg/David Chandler/Geoffrey Best/John Terraine, *What is Military History*, in Juliet Gardiner (Ed. by), *What is History Today*, London, 1988, pp. 4 a 17. Sobre o caso canadiano veja-se Serge Bernier, *L'Histoire Militaire Canadienne entre 1975 et 1988*, in *Guerres Mondiales et Conflits Contemporains*, n.º 157, Janv. 1990, pp. 5 a 24.

⁽²⁶⁾ Geoffrey Best (Editor), *The Fontana History of European War and Society*, London, 5 vol.

⁽²⁷⁾ Arthur Marwick (Ed. by), *War and Social Change in Twentieth Century: a comparative study of Britain, France, Germany, Russia and United States*, London, 1974; Arthur Marwick (Ed. by), *Total War and Social Change*, New York, 1988, Clive Emsley Arthur Marwick and Wendy Simpson (Ed. by), *War, Peace and Social Change in Twentieth Century Europe*, Philadelphia, 1989.

⁽²⁸⁾ John Keegan, *The Face of the Battle*, New York, 1976.

para o núcleo duro da história militar, a saber: a batalha. Mas, por outro lado, ajustava contas com o modelo tradicional, introduzindo a problemática e os métodos da sociologia militar. Abandonava os generais e a sua estratégia e as operações tácticas e afrontava o problema central da experiência do combate e do comportamento psico-sociológico do combatente. Também esta via, aberta por Keegan, conhece grande desenvolvimento do qual surgiram obras importantes cujo exemplo mais significativo é ainda o de Tony Ashworth, *Trench Warfare 1914/1918. The Live and Let Live System* ⁽²⁹⁾.

Nos Estados Unidos a renovação da história militar parte dos trabalhos pioneiros de John Nef e da sociologia histórica de Morris Janowitz. O primeiro, abordando os aspectos tecnológicos e económicos da guerra, abre uma via de interpretação global do fenómeno, cujo desenvolvimento mais acabado é a grande síntese de William McNeill ⁽³⁰⁾. *The Pursuit of Power-Technology, Armed Force and Society since A. D. 1000* constitui-se como uma verdadeira genealogia guerreira da história. Não é de história-batalha que se trata, pelo contrário, é de um modelo braudeliano cuja infra-estrutura é a guerra. Trabalhando sobre o tempo longo e aquilo a que se poderia chamar a produção das produções da guerra, McNeill chega a uma conclusão contrária à do marxismo e da nova história. Mais que os meios de produção ou a vida material, são aquilo a que se chama os «complexos político-militares» o factor de mudança histórica. Em suma, o motor da história não é a economia, mas sim a guerra. A herança de Morris Janowitz concretiza-se no estudo histórico da instituição militar e seu comportamento. Partindo da teoria e métodos da sociologia, e mais recentemente da problemática psicanalítica e antropológica, dirige-se para o estudo do soldado em combate, do universo psicossociológico do combatente e da construção da memória e dos mitos da guerra. *The Great War and Modern Memory* e *Wartime*, de Paul Fussell ⁽³¹⁾, *No Man's Land. Combat and Identity in World War I*, de Eric Leed ⁽³²⁾, e o estudo recente de George Lee Mosse, *Le Guerre Mondiali*

⁽²⁹⁾ Tony Ashworth, *Trench Warfare 1914-1918. The Live and Let Live System*, London, 1980.

⁽³⁰⁾ William H. McNeill, *The Pursuit of Power-Technologie, Armed Force and Society since A. D. 1000*, Chicago, 1982.

⁽³¹⁾ Paul Fussell, *The Great War and the Modern Memory*, Oxford, 1975; e *Wartime*, Oxford, 1989.

⁽³²⁾ Eric Leed, *No Man's Land. Combat and Identity in World War I*, Cambridge, 1979.

Dalla Tragedia al Mito dei Caduti ⁽³³⁾, constituem-se como referência fundamental. No contexto norte-americano não poderá ainda esquecer-se o já citado contributo de Peter Paret e da sua escola para a história do pensamento estratégico.

Na tradição francesa, o peso esmagador dos «Annales» e da nova história determinam uma outra situação ⁽³⁴⁾. Não fora o percurso solitário de Henry Contamine ⁽³⁵⁾ entre guerras e Émile-G. Léonard ⁽³⁶⁾ no imediato pós-guerra e a história militar teria desaparecido completamente do discurso historiográfico francês. Em 1946 é publicado postumamente o último livro de um dos fundadores dos «Annales»: *L'Étrange Défait*, de Marc Bloch ⁽³⁷⁾. A seu modo, que não era certamente o *événementiel*, Bloch produzia uma reflexão lúcida sobre a derrota francesa no ano de 1940. E fazia-o em termos da relação entre comando militar e classe política, entre a incompetência do primeiro e a franqueza da segunda, que o mesmo é dizer, em termos de relação, guerra política. Mas o ensaio de Marc Bloch, que conferia toda a legitimidade à história militar, foi entendido como simples depoimento e não teve repercussão imediata no campo historiográfico. Foi necessário esperar pelos trabalhos de Raoul Girardet, *La Société Militaire dans la France Contemporaine* ⁽³⁸⁾, e André Corvisier, *L'Armée Française de la fin du XVII Siècle au ministère de Choiseul. Le soldat* ⁽³⁹⁾, para ver os primeiros signos de renovação

⁽³³⁾ O livro teve publicação simultânea em inglês e italiano. Cita-se da edição italiana: George Lee Mosse, *Le Guerre Mondiali. Dalla Tragedia al Mito dei Caduti*, Roma/Bari, 1990.

⁽³⁴⁾ Sobre a evolução geral da historiografia militar francesa nos últimos trinta anos veja-se: Robert Vial, *L'Armée Française et l'Histoire*, in *Revue Historique*, 86 Année, Tome CCXXVII, 1962, pp. 435 a 455; André Martel, *Le Renouveau de l'Histoire Militaire en France*, in *Revue Historique*, 95 Année, Tome CCXLV, 1971, pp. 107 a 126; André Corvisier, *Aspects Divers de l'Histoire Militaire*, in *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, Tome XX, janv./mars, 1973, pp. 1 a 9; André Corvisier, *L'Association des Chercheurs militaires et non Militaires — Problèmes de Pluridisciplinarité: le cas français*, in *Revue Internationale d'Histoire Militaire*, n.º 49, Paris, 1980, pp. 1 a 15; André Corvisier, *Histoire Militaire*, in André Bourguière, *Dictionnaire des Sciences Historiques*, Paris, 1988, pp. 463 a 471; e Jean-Pierre Azéma, *La Guerre*, in René Raymond (dir.), *Pour une Histoire Politique*, Paris, 1988, pp. 345 a 377.

⁽³⁵⁾ Henry Contamine, *La Revanche 1871/1914*, Paris, 1957.

⁽³⁶⁾ Émile-G. Léonard, *La Question Sociale dans l'Armée Française au XVIII Siècle*, in *Annales, Economies Sociétés Civilisations*, Jan./Fev. 1948, pp. 135, a 150; e, mais tarde, *L'Armée Française et ses Problèmes au XVIII Siècle*, Paris, 1958.

⁽³⁷⁾ Marc Bloch, *L'Étrange Défaite*, Paris, 1946. Nova edição, 1990.

⁽³⁸⁾ Raoul Girardet, *La Société Militaire dans la France Contemporaine (1815/1914)*, Paris, 1953.

⁽³⁹⁾ André Corvisier, *L'Armée Française de la fin du XVII siècle au ministère de Choiseul. Le Soldat*, Paris, 1964.

na história militar. Voltados para o estudo da instituição militar como corpo social, procuravam determinar a sua composição, funcionamento e factores de evolução. Numa palavra, era uma história social dos exércitos. Se estes primeiros estudos relevavam de uma perspectiva sociológica e se dirigiam para o corpo militar em si, a segunda metade dos anos sessenta vê surgir uma outra corrente de estudos, que releva mais de uma perspectiva politológica e de defesa nacional, e se dirige para o estudo da guerra no seu contexto e as relações do militar com a política e sociedade civil — desde a mobilização industrial às formas do governo de guerra, passando pela opinião pública. Entre estes contam-se as obras pioneiras de Guy Pedroncini, *Les Mutineries de 1917* e *Le Haut Commandement Français 1917/1918* ⁽⁴⁰⁾, e a síntese de Henri Michel, *La Seconde Guerre Mondiale* ⁽⁴¹⁾, que abrem o caminho a uma vasta produção onde pontuam, entre muitos outros, Jean-Jacques Becker, Antoine Prost e Jean Pierre Azéma ⁽⁴²⁾.

Também em Itália a história militar conheceu um longo eclipse. Durante os anos cinquenta e sessenta apenas Piero Pieri não deixou que ela se apagasse por completo da historiografia italiana. Se em França a renovação veio da história social, em Itália virá sobretudo da história política ⁽⁴³⁾. Em primeiro lugar *Il Rinascimento e la crisi militare italiana*, de Piero Pieri ⁽⁴⁴⁾, seguido de uma série de trabalhos sobre a história do pensamento estratégico de

⁽⁴⁰⁾ Guy Pedroncini, *Les Mutineries de 1917*, Paris, 1967, e *Le Haut Commandement français 1917/1918*, Paris, 1971.

⁽⁴¹⁾ Henri Michel, *La Seconde Guerre Mondiale*, 2 vol., Paris, 1968/1969.

⁽⁴²⁾ Citam-se apenas alguns exemplos entre os mais significativos: Jean-Jacques Becker, 1914. *Comment les Français sont entrés dans la Guerre*, Paris, 1977; Antoine Prost, *Les Anciens Combattants*, Paris, 1977; Jean-Pierre Azéma, *De Munich à la Libération*, Paris, 1985.

⁽⁴³⁾ Sobre a evolução geral da historiografia militar italiana nos últimos trinta anos veja-se: Piero Pieri, *Sur les Dimensions de l'Histoire Militaire*, in *Annales Economies Sociétés Civilisations*, Jul./Aout 1963, pp. 625 a 639; Piero Pieri, *La Storia Militare*, in A. A. V. V., *La Storiografia Italiana Negli Ultimi Vent'Anni*, vol. II, Milano, 1968, pp. 1351 a 1369; Alberto Monticone, *La Storiografia Militare Italiana e i suoi Problemi*, in A. A. V. V. *Atti del Primo Convegno di Storia Militare*, Roma, 1969, pp. 99 a 122; Giorgio Rochat (a cura di), *La Storiografia Militare Italiana Negli Ultimi Vent'Anni*, Milano, 1985, Raimondo Luraghi, *Storia Militare*, in Luigi de Rosa (a cura di), *La Storiografia Italiana Degli Ultimi Vent'Anni*, vol. III, *Età Contemporanea*, Roma/Bari, 1989, pp. 221 a 240; Giorgio Rochat *Gli Stidi di Storia Militare sull'Italia Contemporanea (1914/45). Bilancio e prospettive*, in *Rivista di Storia Contemporanea*, Ottobre 1989, n.º 4, pp. 605 a 627.

⁽⁴⁴⁾ Piero Pieri, *Il Rinascimento e la Crisi Militare Italiana*, Torino, 1952; sobre a história do pensamento estratégico veja-se, sobretudo: Piero Pieri, *Guerra e Politica negli Scrittori Italiani*, Milano/Napoli, 1955, e Piero Pieri, *Il Legame fra Guerra e Politica dal Clausewitz a Noi*, in *Relazione del X Congresso Internazionale di Scienze Storiche*, vol. I, *Metodologia Problemi Generali*, Firenze, 1955, pp. 277 a 339.

inspiração clausewitziana que muito antes dos anos setenta — do retorno a Clausewitz — abre a reflexão sobre o binómio guerra-política. A herança de Pieri desenvolve-se a partir dos anos setenta, em que se regista um verdadeiro *boom* em quantidade e qualidade da historiografia militar italiana, protagonizada, entre outros, por nomes como os de Giorgio Rochat, Raimondo Luraghi, Virgilio Ilari e Mario Isnenghi. A historiografia italiana parece hoje dividida entre duas correntes, com uma concepção diversa da história militar: a primeira, liderada por Raimondo Luraghi que se inclina para uma orientação teórica de especialização e autonomia da história militar; a segunda, liderada por Giorgio Rochat que, ao contrário, teoriza a necessidade de integração da história militar com a história geral. Orientando-se ou para o estudo interno da instituição militar ou para a história da guerra no seu contexto mais geral, a história militar italiana segue de muito perto e criticamente as historiografias francesa e anglo-saxónica e, em alguns campos precisos, estará mesmo mais avançada ⁽⁴⁾.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste percurso breve sobre a renovação da historiografia militar nos diferentes casos nacionais, quais as constantes e linhas de força que poderão traçar-se como características da nova história militar?

Em termos globais poderiam sintetizar-se numa ideia: o alinhamento da história militar pelo novo paradigma historiográfico. Mas explicita-se.

Em primeiro lugar, o alargamento do campo historiográfico com a introdução de novas problemáticas importadas de outros campos científicos — das ciências sociais e políticas ao pensamento estratégico, passando pelos estudos de defesa nacional. Significa isto não só o aprofundamento de alguns temas tradicionais mas, sobretudo, o deslocamento dos centros de interesse: no domínio estritamente militar, da estratégia e das operações tácticas para a logística, a medicina militar e, sobretudo, a experiência do combate — o moral

⁽⁴⁾ Citam-se apenas alguns exemplos entre os mais significativos: Raimondo Luraghi, *Storia della Guerra Civile Americana*, Torino, 1966; Giorgio Rochat, *L'Esercito Italiano da Vittorio Veneto a Mussolini 1919-1925*, Bari, 1967; Mário Isnenghi, *Il Mito della Grande Guerra*, Bari, 1970; Virgilio Ilari, *Le Forze Armate tra Politica e Potere 1943-1976*, Firenze, 1978.

do combatente, os movimentos de dissidência, os motins e a deserção, a experiência do cativo de guerra; por outro lado, o estudo da «frente interna», isto é, da sociedade em guerra — da mobilização industrial à organização da propaganda, do crescimento do Estado à opinião pública, do recrutamento militar à fabricação da memória e à construção dos mitos.

Em segundo lugar, a utilização no campo histórico das teorias, métodos e técnicas das outras ciências — desde a dinâmica de grupos à teoria dos jogos, dos métodos quantitativos à psicanálise, da informática ao pensamento estratégico. A história militar troca assim, e em definitivo, o recitativo *événementiel* pela compreensão e a explicação, à procura de um conhecimento tão rigoroso e objectivo quanto é possível no campo das ciências sociais.

Em terceiro lugar, o abandono da função tradicional, patriótica e comemorativa. À história militar não cabe mais uma função de legitimação, mas sim uma função de natureza eminentemente técnica. No sentido estritamente profissional, sem dúvida, para a formação dos quadros militares. Num sentido mais lato, na eventual resolução de problemas da sociedade global que tocam o militar. Sem que se defenda a função prospectiva, para não dizer preditiva, que sectores importantes da historiografia norte-americana defendem para a história militar ⁽⁴⁾, não poderá considerar-se de todo dispiciendo o seu contributo para a resolução de problemas presentes. Lucien Febvre disse sempre que a história era ciência do passado tanto quanto ciência do presente, e Marc Bloch não fazia mais do que confirmá-lo, dizendo que se deveria compreender não só o passado pelo presente mas também o presente pelo passado ⁽⁵⁾. Passado e presente poderiam e deveriam iluminar-se reciprocamente. E, de facto, é possível que o conhecimento de um problema no passado (o recrutamento militar por hipótese) possa ajudar a compreender as suas manifestações no presente e contribuir para as reformas no futuro.

Em quarto lugar, importa referir a existência de duas tendências distintas dentro da história militar. Ambas atravessadas pelo processo de renovação, nem sempre facilmente diferenciáveis, têm orientações teórico-metodológicas

⁽⁴⁾ Sobre a função prospectiva da história militar, veja-se Walter Emil Kaegi Jr., art. cit, p. 303, a propósito do livro de Edward Luttwak, *The Grand Strategy of the Roman Empire from the First Century A. D. to the Third*, Baltimore, 1976.

⁽⁵⁾ Veja-se Lucien Febvre, *Combats pour l'Histoire*; cita-se da edição portuguesa *Combates pela História*, Lisboa, s/d, vol. II, p. 208; Marc Bloch, *Apologie pour l'Histoire*, Paris, 1976, pp. 44 a 50.

e visam problemáticas diferentes: a primeira aponta para o estudo interno da organização militar e, em particular, do núcleo duro que é a batalha e o combatente; a segunda, para o estudo da guerra, em contexto e consequentemente da relação militar-civil e guerra-política. André Corvisier distingue-as sob a designação «história dos militares» para a primeira e «história militar» para a segunda. A tradição anglo-saxónica, de Michael Howard a Geoffrey Best, reserva designação de «história militar» para a primeira, preferindo a de «história da guerra» ou «guerra em sociedade» para a última.

Finalmente, uma quinta característica, não menos importante: um novo tipo de relação entre as duas componentes da história militar — a dos historiadores e a dos militares. Se a renovação foi marcada pelo retorno dos historiadores ao fenómeno militar, foi-o também pelo abandono do *événementiel* por parte dos militares. Abria-se, assim, um novo capítulo marcado pela colaboração entre civis e militares que se materializa institucionalmente nas comissões nacionais de história militar. A filiação destas comissões na comissão internacional e os trabalhos que esta tem vindo a desenvolver marcam uma última característica da nova história militar — a internacionalização e a tendência para uma história comparada.

Nuno Severiano Teixeira

Instituto Universitário Europeu — Florença